

Governo não cumpre os cortes de gastos

• O aperto fiscal de R\$ 50 bilhões anunciado pelo governo federal para este ano encolheu e chegará apenas a R\$ 21,3 bilhões. E as despesas que prometeu reduzir, ao contrário, tiveram crescimento: foi o caso dos benefícios previdenciários e seguro-desemprego. Os investimentos foram os que mais sofreram. **Página 11**

Governo não cumpre corte de gastos prometido

Aperto fiscal de R\$ 50 bilhões anunciado em março encolheu, e redução de despesas só chegará a R\$ 21,3 bilhões

Regina Alvarez

regina.alvarez@bsb.oglobo.com.br

• BRASÍLIA. Na reta final de 2011, o balanço das contas públicas mostra que o aperto fiscal de R\$ 50 bilhões, anunciado em março pela equipe econômica, encolheu substancialmente, e algumas despesas que o governo prometera reduzir, como os benefícios previdenciários e o seguro-desemprego, cresceram fortemente, ao invés de caírem. O corte efetivo de despesas, segundo a última avaliação da área econômica, chegará a R\$ 21,3 bilhões, e a área mais atingida é a de investimentos. Em março, o governo pretendia investir R\$ 50 bilhões — já considerando um corte de R\$ 18 bilhões nessas despesas — mas, até novembro, a execução estava em R\$ 38,7 bilhões.

As despesas com benefícios previdenciários e com o seguro-

desemprego, que o governo prometera reduzir em R\$ 5 bilhões em relação à previsão da lei orçamentária, cresceram R\$ 10,5 bilhões. Pela última estimativa, essas despesas chegarão a R\$ 318,7 bilhões em 2011, R\$ 15,5 bilhões além do previsto. Com o aumento desses gastos, a redução de R\$ 15,7 bilhões nas despesas obrigatórias prometida pelo governo caiu para R\$ 560 milhões, 3,6% da estimativa.

O corte de R\$ 36,2 bilhões nas despesas de custeio e investimentos, adotado em março, caiu para R\$ 24 bilhões com a liberação de recursos do Orçamento em novembro. A liberação concentrou-se em despesas de custeio, e os investimentos chegam ao fim do ano como a área mais afetada pelo ajuste fiscal, embora o grosso dessas despesas nem tenha sido contingenciado, pois está dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A retração

nos investimentos contribuiu para a estagnação da economia brasileira no terceiro trimestre.

Mesmo tendo feito um esforço fiscal bem abaixo do anunciado no início do ano, por conta do aumento de despesas obrigatórias e de custeio, o governo acumulou um superávit robusto nas contas públicas, equivalente a 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB), favorecido pelo forte crescimento da arrecadação.

Arrecadação bate recorde sobre recorde este ano

Quando anunciou o corte de R\$ 50 bilhões nas despesas, o governo justificou a necessidade de adequar os gastos a uma previsão mais modesta de receitas. A arrecadação ficaria R\$ 18 bilhões abaixo da estimada para a lei orçamentária.

Só que, ao longo do ano, a arrecadação bateu recordes. A última previsão é que a receita fechará 2011 com um montante de R\$ 21,7 bilhões acima do valor estimado pelo Congresso. Ou seja, a diferença entre o que o governo estimou e o que vai arrecadar chega a R\$ 40,3 bilhões. Pesaram as receitas extraordinárias que recebeu com o Refis (renegociação de tributos atrasados) da crise e com multas.

— O ajuste fiscal perverso se mantém com o aumento da receita, que acomoda o crescimento dos gastos correntes — destaca a economista Margarida Gutierrez, do Grupo de Conjuntura da UFRJ.

A preocupação maior da economista é com as contas de 2012, cujo cenário é uma combinação que considera explosiva. A arrecadação crescerá com menos força por conta do recuo da demanda doméstica; os gastos correntes serão fortemente ampliados com o aumento do salário mínimo; e os investimentos terão que crescer para dar con-

tinuidade a obras urgentes relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Para Margarida, os investimentos estão sendo afetados pelo ajuste fiscal não por iniciativa do governo, mas por incapacidade de gastar mais nessa área.

O economista André Perfeito, da Gradual Corretora, lembra que o governo terá que aumentar os investimentos em obras de Copa e Olimpíadas, e as contas estarão pressionadas pelos gastos com benefícios previdenciários, em decorrência do aumento do salário mínimo, e por outras despesas obrigatórias.

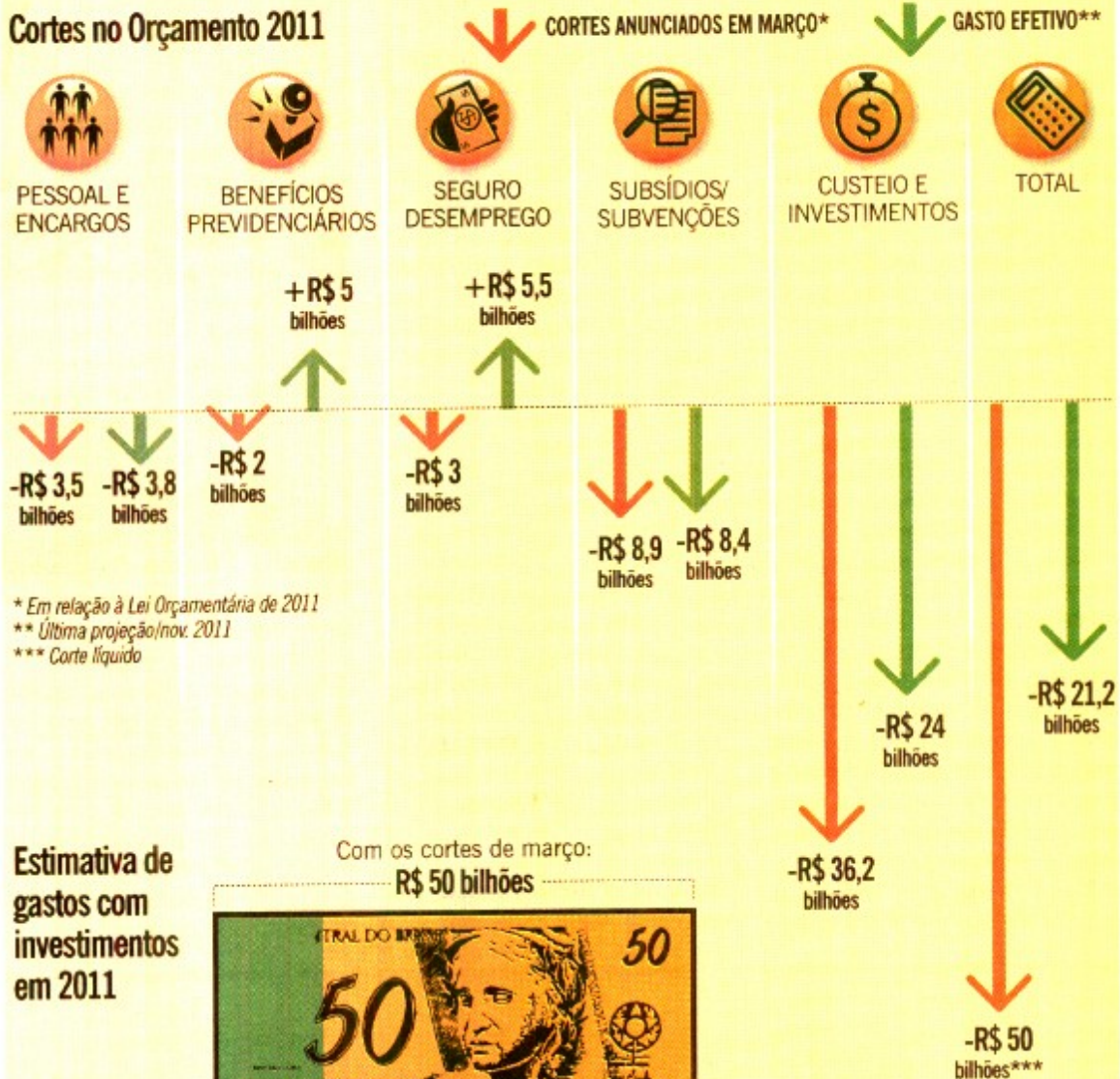
Perfeito observa que o governo tem grande dificuldade para cortar gastos de custeio. E também lembra que, este ano, o governo conseguirá atingir os resultados que prometera — superávit primário de 3,2% do PIB — com o aumento da receita:

— Este ano, o crescimento da arrecadação mascarou a incapacidade do governo de cortar na própria carne, mas, em 2012, isso se tornará evidente.

O Ministério do Planejamento informou que o governo "optou por um esforço fiscal ainda mais forte" este ano. A meta de superávit primário foi elevada com dois objetivos: "reduzir ainda mais a dívida e contribuir, em consonância com a política monetária, no controle da inflação". Em nota, o ministério esclareceu que "o mercado de trabalho brasileiro está passando por um importante processo de formalização", que eleva o número de contribuintes para previdência, mas, por outro lado, eleva o número de seguro-desemprego. Em relação aos investimentos, diz que o PAC 2 alcançou gastos 22% maiores em relação ao mesmo período do ano passado: neste ano, R\$ 21,6 bilhões. Outros R\$ 1,2 bilhão foram pagos até o final de novembro. ■

PROMESSAS E REALIDADE

Cortes no Orçamento 2011



Estimativa de gastos com investimentos em 2011



Crescimento das Receitas do Orçamento de 2011

Previsão de março*

-R\$ 18,087 bilhões

Previsão de novembro (última avaliação)*

+R\$ 21,7 bilhões

Diferença entre a previsão do decreto de contingenciamento e a previsão atual:

R\$ 39,8 bilhões

Fonte: SOF/MP (decretos e avaliações bimestrais) | Elaboração: Núcleo Fiscal da Consultoria de Orçamento da Câmara